



E como esta gramática pretende ser uma pedagogia de iniciação, a sua última secção consiste precisamente na apresentação de três textos ugaríticos: uma carta, um documento jurídico e um registo administrativo. Para estes documentos, é apresentado o original em alfabeto cuneiforme, uma transcrição e a respectiva tradução feita por um autor ali referido, concluindo-se com um vocabulário geral.

A bibliografia apresentada, para que o leitor possa aprofundar o caminho iniciado (p. 64), é inteiramente constituída por livros originais em castelhano, um luxo cultural que possibilita e justifica uma produção como esta. E dos quatro títulos apresentados, três são do primeiro Autor desta gramática, o que diz bem da dedicação que, desde há longos anos, J - L. Cunchillos consagra a estes temas.

Ao longo da gramática, como expressão viva da história que nela se espelha, são apresentados textos ugaríticos em tradução, que, de algum modo, complementam a apresentação das questões teóricas da gramática.

*José Augusto M. Ramos*

**CUNCHILLOS, JESUS-LUIS;** José-Ángel ZAMORA: *Gramática fenícia elemental*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1997, ISBN 84-00-07702-4, 170 p.

A *Gramática ugarítica elemental*, que anteriormente se recenseou, era ainda uma publicação preparatória, que confluía, nas preocupações dos investigadores e Autores para este campo de operações culturais, mas que se não situava ainda dentro do programa aqui prosseguido, no interior das programações científicas do CSIC. Daí que, sendo do mesmo modelo pedagógico, tal como se pode ver pelo próprio traçado do título, temos nesta gramática elemental de fenício um produto razoavelmente mais elaborado.

O programa em que esta gramática se insere é o de um “Banco de Datos Filológicos Semíticos Noroccidentales” (BDFSN), que conta já com obras várias sobre Ugarit, nomeadamente edições de textos e de concordâncias e mesmo um banco de dados na Internet, para a literatura de Ugarit (1.ª parte) e um sistema gestor de dados fenícios e púnicos, em “software” (2.ª parte), além de algumas monografias historiográficas. Por outro lado, esta mesma gramática é concebida como o primeiro passo e como um instrumento organizador para um trabalho de grande sistemati-

zação e edição crítica que será, dentro de alguns anos, o *Corpus Inscriptionum Phoenicarum necnon punicarum*. É a gramática básica, mas será certamente provisória, pensam os Autores. O tratamento destes dados textuais pela forma informática possibilitará, afirmam eles, uma outra gramática, de algum modo mais definitiva, com as possibilidades que a própria aplicação informática oferecerá. É esta cumplicidade metodológica e hermenêutica entre a linguística e a informática que gera a específica interdisciplinaridade metodológica, que neste programa é designada com o nome de Laboratório de Hermeneumática, cuja definição é apresentada nas pp. XIII-XV.

Esta gramática começa com uma breve história dos Fenícios (pp. 1-16), que se inicia sublinhando a existência de um terceiro centro cultural com personalidade própria, no Próximo Oriente Antigo, além dos centros de grande projecção e sobejamente conhecidos do vale do Nilo e do vale dos rios Tigre e Eufrates. Este terceiro centro, que agora se começa a conhecer e a valorizar mais intensamente, é o da Síria mediterrânica. As ancestrais tradições e o legado cultural desta região é visto como vindo desembocar naturalmente na história dos Fenícios, enquanto parte integrante da pequena galáxia da Síria-Palestina e fazendo inteiramente jus à sua autodesignação de Cananeus. A expansão fenícia propriamente dita é uma parte importante; os Autores dedicam-lhe bastante atenção, pois é propriamente deste imenso espaço em difusão que provêm os materiais linguísticos fenícios de que esta gramática vai tratar.

A epigrafia é tratada primeiramente por uma breve história da epigrafia fenícia e como introdução à metodologia dita hermeneumática, na qual se vê a única possibilidade de catalogação das multimodas inscrições fenícias (p. 20). É precisamente nesta intenção que são tratados bastante mais detidamente os vários aspectos da metodologia epigráfica (pp. 22-27), apresentando já os princípios e os instrumentos de tratamento e catalogação que vão ser utilizados para as inscrições fenícias, no referido BDFSN.

Da gramática propriamente dita, sublinha-se a escrita com a qual se regista a língua fenícia, procurando alguns aspectos interessantes de comparatismo, nomeadamente com o desenho da escrita ugarítica, sugerindo, pela via da forma, interessantes pistas de discussão historiográfica. Com poucos mais meios e espaço ficaria bem valorizar, nestes quadros, os comparatismos do grafismo da escrita egípcia que terá sido eventualmente inspirador, confirmado com o *design* epigráfico do proto-sinaítico e

do sudarábico, que confirmam várias destas convergências. Estas confluências tornam mais acessíveis e transparentes, se é que tal termo se pode aqui usar, as origens da revolução que representa a invenção deste alfabeto enquanto economia de meios e multiplicação de possibilidades sociais.

O primeiro capítulo que pertence formalmente à gramática é o do verbo, o qual, assim, ocupa o lugar fundamental na construção do edifício da língua. Esta opção, que os Autores ainda não tinham feito quando fizeram a *Gramática ugarítica elemental*, anteriormente recenseada, é perfeitamente justificada do ponto de vista teórico e mesmo pedagogicamente seria defensável, não fosse a utilidade de se começar por outras questões morfológicas “menores” e mais fáceis, enquanto se dá ao aluno tempo para se aclimatar com a decifração da escrita e com outras estranhezas das línguas semíticas, para depois se fazer o ataque à parte mais difícil do castelo da língua, o sistema verbal. As formas verbais são expostas da mesma maneira esquemática e de feição completamente matemática e geométrica. Apesar do seu aspecto numérico e frio, esta pedagogia paradigmática muito contribui para se introduzir eficazmente alguém na compreensão racionalizada desta língua como um sistema dotado de grande ductibilidade. A pobreza documental que do fenício se pôde conservar contribuiu certamente para que o capítulo dos verbos fracos (pp. 67-70) tivesse ficado menos rico de situações diferenciadas.

O capítulo dos nomes e adjectivos conta com uma síntese muito completa e variada, na esquematização das variantes grafemáticas e na proposta de vocalização que nos aproxima à sonoridade real da língua. Pelas suas específicas pertinências, é particularmente rico o estudo dos numerais sob o ponto de vista epigráfico.

O estudo dos pronomes é muito concreto e de grande acuidade estatística, com a apresentação das variantes pronominais na sua diacronia e na geografia das modalidades históricas que a língua fenícia conheceu (p. 91).

A parte pós-gramatical desta sugestiva gramática de fenício é igualmente muito interessante. Em primeiro lugar, uma série de exercícios bem desenvolvidos e muito bem explicados serve para apresentar a todas as variedades possíveis de principiantes o estudo ou a exercitação do fenício através de alguns textos epigráficos de maior significado e representatividade histórica. São, nomeadamente, a inscrição de Ahiram

(pp. 107-114), de Shipitba'al (pp. 115-116), de Abdô (pp. 117-119), de Tabnit (pp.120-121), de Cágliari (p. 122), de Karatepe (pp. 123-128) e de Eshmun'azar (pp. 129-132). O esquema seguido para a exposição destas inscrições consiste, no geral, em as apresentar pela sua própria autografia, em fac-simile ou em fotocópia, dando, depois, a transliteração e a correspondente tradução, seguida dos respectivos comentários. No conjunto, formam um belo e proveitoso exercício de leituras epigráficas.

A última secção complementar designa-se "Aplicações Metodológicas" e oferece aplicações mais completas dos dois modelos de abordagem linguística aqui introduzidos. O modelo do método epigráfico é aplicado com todo o pormenor à inscrição fenícia do Tell de Doña Blanca, onde aparece o nome do deus Eshmun (pp. 135-140). O método filológico, por sua vez, é aplicado à etimologia da palavra "Espanha". Depois de uma pormenorizada síntese sobre a história das interpretações filológicas deste topónimo, J.-L. Cunchillos, que apresentara este capítulo como comunicação ao IV Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, em Cádiz, situa-se entre duas possibilidades etimológicas para o nome de Espanha e ambas seriam declaradamente fenícias. A primeira significaria "ilha" ou "costas do norte". A justificação etimológica, em fenício, seria razoavelmente pacífica; com esta visibilidade etimológica, ela teve adeptos ao longo de toda a história e significaria naturalmente a costa norte do Mediterrâneo ocidental relativamente à outra costa, a africana. No entanto, o Autor deixa para último lugar uma outra explicação que tem pontos de contacto com a anterior. O seu significado seria "ilha/costa dos forjadores". Os elementos de demonstração filológica são menos familiares do que os que conduziam ao sentido de norte. Mas seria a mesma raiz (*sph/y*), tomada na acepção de "forjar", conhecida em ugarítico, hebraico e fenício. O *ya* final seria um sufixo de profissão ou ofício. Para os fenícios, a Espanha recebia nome da actividade que nela mais os interessava, o que é lógico. Curiosamente, esta interpretação tornaria a palavra Espanha fundamentalmente sinónima do nome de Társhis, substantivo derivado da raiz semítica *rss*, e que significaria analogamente "fundição". Admite-se, como parece ser já consenso de muitos autores, que haja inteira equivalência entre os nomes de Társhish e Tartessos. Este último seria a recolha grega de uma forma indígena mais ou menos idêntica, enquanto Tarshish seria a sua adaptação semítica. Só que esta sequência de raciocínio pressuporia a preexistência do nome de Tartessos já com o sentido de fundição, dando-se, depois, o

milagre de uma assonância semítica conter exactamente a mesma semântica. Não se consegue, por isso, evitar a dúvida de o percurso poder ter sido ao contrário. Isto é, pareceria ser lógico que Tarshish fosse o nome primeiro, com o sentido de fundição, que a semântica semita naturalmente lhe atribui; dada a importância local da actividade de transformação dos metais e dos mais famosos comerciantes que procuravam os seus produtos, este nome semita teria sido adoptado também pelos indígenas, sob a forma que consensualmente se acha plausível de Tartessos ou eventualmente sob uma forma algo semelhante, talvez sem o -os nominal característico do masculino helénico, e que os gregos teriam recolhido sob a forma tão congenialmente sua de Tartessos. Onde, de qualquer modo, se encontra a semântica natural é na forma semítica. E esta razão semântica parece oferecer um bom motivo para se considerar esta como a forma primitiva, ao contrário do que parece sugerido por Cunchillos. Só assim, aliás, se poderia considerar que existe um percurso semântica e historicamente paralelo entre a etimologia e a história dos dois topónimos Tartessos e “Espanha”. Devemos, no entanto, exprimir a nossa impressão de que esta é uma belíssima e pertinente conclusão para uma gramática elementar de fenício.

Depois de um pequeno glossário, de muita utilidade, dada a pouca difusão de dicionários de fenício, é-nos dado um apanhado crítico da bibliografia fenícia essencial (pp. 164-167). Três páginas de tábuas epigráficas são uma grande ajuda na abordagem epigráfica desta língua, de magro alforge documental, mas de muito longo e largo itinerário.

*José Augusto M. Ramos*

**GÖRG, MANFRED**, *Die Beziehungen zwischen dem Alten Israel und Ägypten*, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt, 1997, ISBN 0174-0695, 190 p.

Este livro insere-se numa já bem longa série de monografias dedicadas a sintetizar os resultados da investigação científica, realizada nos últimos anos. O Autor é professor de Teologia do Antigo Testamento em Munique e desde há bastante tempo se tem dedicado ao estudo de temas comuns à história cultural de Israel e do Egipto. Esta é, no entanto, uma das fronteiras perenes e essenciais da literatura bíblica. Muitos, por conseguinte, se dedicaram aos seus temas específicos e muitos têm, nos